Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

CONTAS PÚBLICAS

Moretti nega PEC, mas fala em novos ajustes

Ministro do Planejamento diz que levará ao presidente Lula medidas para ampliar o controle fiscal, sem "mexer em direitos sociais"

» RAPHAEL PATI

Gabriela Pires/MPO



Moretti (E) com Ceron: "Há espaço para avançar e medidas adicionais que dão mais segurança ao cumprimento das metas de resultado primário"

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, negaram que o governo esteja elaborando uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar o controle fiscal, mas reforçaram haver um estudo "contínuo" sobre novos ajustes.

"Não tem a PEC. É uma discussão contínua de medidas que nós achamos que há espaço ainda para avançar e medidas adicionais que dão mais segurança ao cumprimento das metas de resultado primário", enfatizou Moretti, durante a coletiva de apresentação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) referente ao 5º bimestre.

Ele destacou que tanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), quanto o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já teriam se colocado à disposição para pautar novos projetos. Ele frisou, ainda, ser "importante" que as matérias sejam colocadas na pauta do Legislativo ainda neste ano, antes das mudanças na composição das duas casas do Congresso Nacional.

"Tem uma janela de oportunidades para isso, então é importante que seja feito este ano e, de novo, nós estamos em discussões internas, não tem 'o instrumento,' 'o dia,' 'a bala de prata.' Caso o governo entenda e, em última instância, o presidente Lula entenda que é preciso tomar medidas considerando esse cenário econômico, nós vamos fazê-lo", salientou.

Moretti ainda ressaltou que o governo "sempre discute" medidas para reduzir o crescimento das despesas obrigatórias. Disse debater com Lula a importância de controlar a trajetória de crescimento das despesas obrigatórias e promover ajustes nos mecanismos de controle fiscal.

O titular do Planejamento ressaltou que novas medidas não devem causar impactos em programas sociais e em direitos básicos da população, como teria destacado o presidente nas conversas com a equipe econômica. "Nós temos duas premissas: de um lado, melhorar o nosso resultado primário; e, do outro, preservar os direitos da população", frisou.

Também presente na entrevista coletiva, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, reforçou haver um "cardápio" de opções à mesa da equipe econômica e que uma nova medida poderia ser feita por meio de qualquer instrumento. "Pode ter PLP, pode ter uma PEC, pode ter um PL ordinário e, assim, sucessivamente", afirmou.

> **Tem uma janela de oportunidades para isso, então é importante que seja feito este ano. Estamos em discussões internas, não tem 'o instrumento', 'o dia', 'a bala de prata'. Caso o presidente Lula entenda que é preciso tomar medidas considerando esse cenário econômico, nós vamos fazê-lo"**
>
> ***Bruno Moretti,*** *ministro do Planejamento e Orçamento*

Receitas

Dentro do governo, há incerteza sobre quais seriam as medidas adotadas para ampliar o esforço fiscal sobre as contas públicas já no início do quarto mandato de Lula.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, disse que uma nova iniciativa nesse sentido não deve mexer nos pisos constitucionais da saúde e educação, que são gastos obrigatórios. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o chefe da pasta citou o enfrentamento a emendas parlamentares, gastos tributários injustificados e privilégios, como os supersalários, em um possível novo pacote.

Pelo lado das despesas, o mestre em finanças Marcos Sarmento, professor do Ibmec Brasília, avalia que novas medidas deveriam incluir ajustes estruturais, como uma revisão do sistema previdenciário, com mudança da idade mínima para obter os benefícios, além de identificar quais categorias seriam injustamente mais contempladas que outras.

Ele também cita a questão da folha do funcionalismo público — o segundo maior gasto do governo federal atualmente. "É importante revisar o plano de remuneração, extinguir os supersalários, revisar o plano de cargos, de automação do serviço público visando melhoria da qualidade e redução de custos e outros aspectos", ressalta o especialista.

Para o analista Jean Lucas Paiva Athayde Coelho, contador, sócio e diretor comercial da Consult Seven, a lei complementar de ajuste fiscal, sancionada na terça-feira, ainda não entrega o que a "matemática" das contas públicas exige. "Na prática, o governo aprovou um pacote que estanca a sangria imediata do caixa e abre margem de manobra para o curto prazo, mas não desarma as bombas-relógio do Orçamento", afirma o especialista. Ele defende um corte estrutural para reduzir os juros e baratear o crédito.

Contenção

Após aprovar um pacote fiscal que pode abrir um espaço de até R$ 56 bilhões no próximo ano, a equipe econômica do governo conseguiu reduzir em R$ 3,4 bilhões a contenção de gastos do Orçamento federal de 2026, no relatório bimestral detalhado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

No relatório anterior, o governo elevou a contenção de gastos para R$ 16,1 bilhões, enquanto que, neste último, reduziu para R$ 12,6 bilhões. Esse valor é separado entre valores contingenciados (que têm o objetivo de atingir o centro da meta fiscal prevista para o ano) e bloqueados (serve para controlar as despesas quando há uma alta inesperada nas discricionárias).

O valor bloqueado pelo MPO caiu de R$ 2,4 bilhões para R$ 0,3 bilhão, o que representa uma queda de cerca de R$ 2,1 bilhão em relação ao bimestre anterior. Já pelo lado do contingenciamento, a equipe econômica decidiu reduzir em R$ 1,3 bilhão esse valor, de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões.

Esse último ainda considera uma dedução de R$ 10,5 bilhões da meta, que está prevista na lei de ajuste fiscal aprovada nesta semana pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula. Até o quinto bimestre, há uma deficit de 0,57% do PIB no resultado primário cheio, ao que a meta para 2026 prevê um superavit de 0,25%.

Entre as despesas primárias sujeitas ao limite do arcabouço fiscal, houve uma queda de cerca de R$ 3,5 bilhões do montante previsto aos benefícios previdenciários, além de redução de R$ 2,3 bilhões de subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de menos R$ 2,1 bilhões com pessoal e encargos sociais. Por outro lado, houve crescimento de R$ 5,7 bilhões das despesas obrigatórias, com destaque para a saúde.

» Na Bolsa, o efeito Trabuco

Após quatro pregões seguidos em queda, o Ibovespa registrou um dia de recuperação, de volta ao patamar dos 166 mil pontos. Profissionais de mercado atribuem o movimento às especulações em torno dos possíveis nomes para o Ministério da Fazenda, depois da notícia de que o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, teria sido cotado para o posto, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e do atual ministro da pasta, Dario Durigan. No fechamento, o principal índice da B3 subiu 1,58%, aos 166.684,61 pontos. Na visão dos investidores, a indicação de um banqueiro para o cargo representaria um potencial alinhamento com uma política fiscal mais dura, em que seja possível avançar com novas medidas para melhorar o nível de endividamento.

Previsão de receitas sobe para R$ 37,1 bilhões

» LUÍZA ALTOÉ

Saulo Cruz/Agência Senado



Hoje, a CMO analisa o relatório com regras para despesas e emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório com as estimativas de receitas da União para 2027. O texto reestimou as receitas do próximo ano em R$ 37,1 bilhões, o que resultará em ganho líquido da arrecadação de R$ 17,6 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2027.

Segundo o relatório, a mudança corresponde a um aumento de pouco mais de 1% sobre a estimativa de R$ 3.459,3 bilhões da proposta orçamentária para 2027. A revisão busca acomodar as novas legislações com impacto orçamentário aprovadas pelo Congresso e editadas pelo Executivo desde o envio da PLOA, no fim de agosto.

Além disso, o relator, deputado Neto Carletto (Avante-BA), explicou que levou em consideração a redução de 2,5% para 1,8% na projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027. As mudanças, conforme o relatório, indicam que a Receita terá uma redução de R$ 12 bilhões do montante administrado pela pasta.

O principal fator de alta na arrecadação foi a previsão de royalties e compensações financeiras, que subiu de R$ 176,3 bilhões para R$ 214,8 bilhões. O relatório inicial enviado pelo governo adotava, por exemplo, o barril do tipo Brent a US$ 71,03, enquanto no novo texto considera US$ 86 em 2027.

Segundo o relatório, as leis sancionadas em 2026 que alteraram as custas do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e criaram novos fundos elevaram a previsão de receitas em R$ 3,3 bilhões.

Deve reduzir a arrecadação em R$ 1,1 bilhão a legislação que ampliou o limite de faturamento para enquadramento do microempreendedor individual (MEI) e concedeu remissão integral dos créditos de titularidade da União.

A lei que fixou alíquotas de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e regras para sociedades resseguradoras deve diminuir a arrecadação prevista em R$ 254,4 milhões. Da mesma forma, a medida provisória (MP) que proibiu as apostas de quota fixa, as chamadas bets, reduziu em R$ 6,7 bilhões a expectativa de receita.

Por outro lado, elevou a previsão de arrecadação em R$ 15,4 bilhões a ampliação de 10% para 20% no corte linear de incentivos fiscais aprovado pelo Congresso no PLP do ajuste fiscal.

As receitas decorrentes dos impostos criados pela reforma tributária não foram reestimadas no relatório, tendo em vista que a alíquota da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) ainda não foi fixada, além da edição tardia da MP das alíquotas do Imposto Seletivo, que será cobrado somente a partir de fevereiro de 2027.

Hoje, a comissão analisa o relatório preliminar do PLOA de 2027 do senador Eduardo Braga (MDB-AM), com regras para despesas e emendas. A expectativa do governo e dos parlamentares envolvidos na articulação do Orçamento de 2027 é votar a matéria até 17 de dezembro, antes do recesso parlamentar.